



RECONHECIMENTO

Diploma à brasileira

Certificados de graduação e pós-graduação obtidos no exterior precisam ser revalidados no país

A perspectiva de fazer graduação ou pós-graduação no exterior costuma ser bastante valorizada, seja por propiciar o acesso a instituições internacionais, pelo aprendizado ou aperfeiçoamento de mais um idioma, pela construção de uma rede de contatos global ou pelo convívio com novas culturas, entre outros fatores. Antes de se matricular em uma universidade fora, no entanto, é preciso considerar que nenhum diploma estrangeiro é reconhecido automaticamente no Brasil. Quem obtém um título de graduação, mestrado ou doutorado no exterior, obrigatoriamente terá de revalidá-lo ao voltar ao país.

No caso dos cursos de graduação, a revalidação só pode ser feita por universidades públicas reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC) e que ofereçam cursos iguais ou similares ao frequentado no exterior. Já o reconhecimento de um diploma de pós-graduação pode ser feito também por instituições

privadas, desde que sejam reconhecidas pelo ministério. Em ambos os casos, o processo é de competência das instituições credenciadas, que definem os próprios requisitos de avaliação. “A exceção são os cursos de medicina, para os quais existe o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos [Revalida]”, explica Ruane Santos, porta-voz do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão responsável pelo Revalida.

O exame avalia as competências e habilidades dos médicos formados no exterior no âmbito de cinco áreas de exercício: cirurgia, medicina de família e comunidade, pediatria, ginecologia-obstetrícia e clínica médica. Desde 2011, o Revalida recebeu solicitações de 7.821 médicos – a maioria brasileiros, argentinos, bolivianos, colombianos e peruanos –, sendo que 47,4% deles foram reprovados em pelo menos uma edição do exame, que tem duas etapas. Na primeira, o candidato

responde a questões de múltipla escolha e faz uma prova discursiva. Na segunda, executa tarefas para uma banca, que examina suas habilidades para o exercício da medicina. Sem o Revalida, os formados no exterior não podem exercer o ofício no país.

Para todos os outros cursos de graduação, recomenda-se que os candidatos avaliem a grade curricular do curso no exterior e a comparem com os conteúdos ministrados pela universidade em que pretendem ingressar com o requerimento de revalidação.

Lançado em fins de 2016, o Portal Carolina Bori hoje unifica todos os pedidos de validação de diploma de graduação e pós-graduação emitidos no exterior. Não há um percentual de similaridade ou parâmetro quantitativo de análise para deferimento dos diplomas. A revalidação costuma se basear na análise do mérito e das condições acadêmicas do programa cursado no exterior, levando em conta

as diferenças entre os sistemas educacionais, as instituições e os cursos oferecidos em cada país.

São exigidos pelo menos 10 documentos. As universidades credenciadas costumam divulgar a lista completa em suas páginas na internet. Ao ingressar com a solicitação, o candidato deve apresentar uma cópia do diploma e documentos referentes à instituição que o expediu, à duração e ao currículo do curso, com o conteúdo programático, a bibliografia e o histórico escolar. A decisão sobre a validação do diploma não pode demorar mais de 180 dias, a contar da data de emissão do protocolo na instituição revalidadora.

Além da documentação, também é necessário pagar uma taxa que pode variar entre R\$ 400 e R\$ 2 mil. Desde março, refugiados domiciliados no estado de São Paulo estão isentos do pagamento das taxas de revalidação de seus diplomas nas universidades estaduais paulistas. Após receber a solicitação, a universidade nomeia uma comissão para analisá-la. Cada comissão é composta por professores da universidade escolhida que tenham qualificação compatível com a área do conhecimento e com o nível do título a ser revalidado. Se for o caso, a instituição pode solicitar a participação de especialistas de fora de seu quadro de professores e pesquisadores para compor a comissão. Também poderão ser solicitadas informações adicionais, como traduções juramentadas, conforme esclarece a diretoria acadêmica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Concluída a análise, a comissão poderá decidir pela equivalência integral ou parcial do diploma. No primeiro caso, não há necessidade de cursar disciplinas ou realizar provas. No segundo, a revalidação fica condicionada à aprovação do candidato em exames ou estudos complementares. Finalizado o processo, produz-se um termo de revalidação que é anexado ao diploma original. Esse registro deve ser apresentado sempre que o



candidato precisar comprovar a titulação no Brasil, para efeitos de trabalho ou concurso, por exemplo.

No caso dos diplomas de pós-graduação, a revalidação costuma ser mais rápida. Isso porque os cursos de mestrado e doutorado são específicos e geram dissertação ou tese, documentos mais fáceis de serem avaliados. Para reconhecer um diploma de pós-graduação, a universidade precisa ter um programa de nível igual ou superior na mesma área do conhecimento, mas não necessariamente ter um programa similar ao do exterior.

A revalidação pode ser federal, válida para todo o país, ou interna, aceita apenas na universidade revalidadora e eventualmente gratuita. Foi o que aconteceu com o título do arqueólogo André Strauss. Em 2016, ele concluiu o doutorado em arqueologia na Universidade de Tübingen, na Alemanha. No ano seguinte, para prestar concurso para professor do Museu de

Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP), precisou revalidar seu diploma de doutor. “Como ia prestar concurso na USP, optei pela revalidação interna, mais rápida e gratuita”, diz.

O mesmo fez a arquiteta Vanessa Grossman. Em 2008, ela concluiu o mestrado em história da arquitetura na Universidade de Paris 1, na França. À época, pensava em fazer o doutorado na USP. “Por isso, optei por validar meu diploma apenas no âmbito da universidade”, conta. O processo foi concluído em quatro meses, segundo ela.

Seja como for, a revalidação dos diplomas de graduação e pós-graduação não supõe um novo diploma nem iguala a formação obtida no exterior à formação oferecida pela instituição revalidadora. Apenas garante que a formação que o candidato recebeu é equivalente a que se supõe necessária para o mesmo nível de formação no Brasil. ■ Rodrigo de Oliveira Andrade

Conhecimento para todos

O biólogo Filipe Oliveira interrompeu o doutorado na Finlândia para iniciar projeto de democratização da ciência no Brasil

O biólogo Filipe Oliveira começou a se interessar pela biologia evolutiva do desenvolvimento em 2009, após um curso de verão na Universidade de São Paulo (USP). Na época, esse campo das ciências biológicas que compara os processos de desenvolvimento dos embriões para entender a origem ancestral de padrões biológicos ainda era incipiente no Brasil. Oliveira estava na graduação na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e encontrou na Universidade de Uppsala, na Suécia, a oportunidade de se aprofundar sobre o assunto em um mestrado no âmbito do Programa Erasmus Mundus, financiado pela União Europeia.

Oliveira mudou-se para a Suécia no início de 2010, aos 23 anos. O programa permitia cursar alguns semestres em diferentes instituições. Optou pelas universidades de Munique Ludwig-Maximilians, na Alemanha, e Harvard, nos Estados Unidos. “Defendi duas dissertações”, ele conta. “Uma na Alemanha, sobre a evolução das vértebras cervicais em aves, e outra, feita nos Estados Unidos e defendida em Uppsala, sobre a evolução do bico das aves.”

Com o fim dos mestrados, em 2012, Oliveira voltou ao Brasil para

participar de um curso sobre evolução orgânica oferecido pela Escola São Paulo de Ciência Avançada (Espca), modalidade de apoio da FAPESP destinada a pós-doutorandos e a alunos de mestrado e doutorado do Brasil e do exterior. Poucas semanas depois, ele se envolveu em um novo projeto, com bolsa do Departamento de Biologia Geral da UFV, de estudo da mandíbula de embriões de abelhas com microscopia de varredura.

“Paralelamente, eu e alguns estudantes da graduação criamos o folhetim *Miró em Darwin*, que se transformou em uma oportunidade de colocar em prática meu interesse em conectar ciência e sociedade”, diz.

O biólogo ficou pouco tempo em Viçosa. Em 2013, candidatou-se para uma vaga de assistente de pesquisa no Instituto de Biotecnologia da Universidade de Helsinki, na Finlândia, onde meses depois iniciou o doutorado no estudo do crânio de embriões de serpentes e lagartos. “No projeto, aprofundi minhas atividades acadêmicas com museus na Finlândia, Alemanha e Estados Unidos”, relembra. “Essas experiências me estimularam a pensar em processos que conectassem as pessoas à ciência e às suas tecnologias”, relembra.



No Lungi, programa de empreendedorismo da Helsinki Think Company, ele conseguiu estruturar suas ideias sobre o projeto social. Em 2016, Oliveira trancou o doutorado e decidiu voltar para o Brasil para iniciar seu empreendimento, o Conector Ciência. Ele e o companheiro, o designer finlandês Tuomas Saikkonen, instalaram-se em Lençóis, na Chapada Diamantina, Bahia, onde desenvolveram os primeiros projetos sociais de democratização da ciência nas escolas a partir da reutilização de microprocessadores e sensores na montagem de tecnologias.

“A ideia era promover oficinas com a comunidade escolar e colocar em prática a criatividade e o pensamento inovador, por meio da experimentação científica e tecnológica”, explica o biólogo. Ao todo, mais de 34 oficinas já foram realizadas, com pouco mais de 800 participantes. E o projeto que começou em Lençóis vai aos poucos ampliando seu alcance. Com sede no Rio de Janeiro, o Conector Ciência já promoveu oficinas em universidades, escolas e unidades do Sesc pelo país.

Mais recentemente, eles firmaram uma parceria com a Prometheus Science, da Alemanha. “Estamos agora focados na fabricação e no uso de microscópios digitais de qualidade didática e científica. O objetivo é estimular a capacidade das pessoas em desenvolver produtos, pesquisas e negócios inovadores”, ele destaca. “Queremos engajar jovens, crianças, pais e educadores na construção de uma ciência mais prática nas escolas.” ■ R.O.A



Microscópio acoplado a celular construído a partir de resíduos eletrônicos durante uma das oficinas do Conector Ciência